

Elas enfrentaram o racismo

Enfrentar um gesto ou manifestação racista marca a pessoa para o resto da vida. Angélica Moreira da Silva e Aparecida Alves de Matos carregam essa marca. Elas foram vítimas de crimes de racismo, porém reagiram a eles, processando seus agressores. Essa luta garantiu uma homenagem as duas na última sexta-feira, durante a festa de encerramento do Mês da Mulher.

Lute por seus direitos

Aparecida (foto) trabalhava na Plásticos Nilce, de Santo André, como auxiliar de serviços.

Era também diretora de base do Sindicato das Costureiras

ABC. No início de dezembro de 2000, cobrou o pagamento do 13º salário que estava atrasado. Quando conversava com a secretária e o patrão, foi discriminada pelos dois. “Você é um urubu que caiu na empresa”, disse o patrão a ela.

“Essa foi apenas uma das frases que ele me disse naquele dia. Saí da fábrica e fui à delegacia prestar queixa”, disse Aparecida. Nada de raiva ou revolta aparentes. “Fiquei tranquila porque sabia dos meus direitos e os riscos que a gente corre na atuação sindical”, lembrou.

A explicação para a tranqui-

dade, Aparecida dá com o seguinte argumento: “Se revidasse, poderia ter me tornado a agressora e ainda tomar uma justa causa. Era tudo o que o patrão queria”.

O problema, no entanto, não acabou aí. Aberto o processo, o patrão fez de tudo para lhe afastar da fábrica. Deu férias, chegou até a passar um abaixo-assinado entre as colegas de trabalho pedindo seu afastamento até o juiz que cuidava do seu caso determinar sua saída para evitar o constrangimento.

Em julho do ano passado, o juiz da 3ª Vara Criminal de Santo André propôs a suspensão do processo por dois anos, determinando aos acusados fazerem trabalhos comunitários no Fórum e na Associação de Amigos do Autista do ABC.

“Se fosse agredida hoje teria o mesmo comportamento e aconselho as pessoas que enfrentarem o problema não revidar e a buscar seus direitos, a abrir a boca”, recomenda.

Marca para sempre

Angélica trabalhava como orientadora de estacionamento Zona Azul no Centro de Diadema em fevereiro de 2003, quando tinha 18 anos.

Notificou ao dono de um carro, parado irregularmente, que poderia sofrer uma multa de trânsito e pediu que colocasse o cartão. Deu uma volta no quarteirão e a irregularidade persistia. Deu nova volta e a mesma coisa.

Na terceira vez foi ofendida pelo dono do carro, também proprietário de um salão de beleza bem próximo do local.

“Ele amassou e atirou a notificação em mim e disse: só podia ser de cor. De preta já basta a sola do meu sapato”, relatou ela. Assim como Aparecida, Angélica engoliu a seco, virou às costas continuou seu trabalho até o final da jornada e foi atrás de seus direitos.

Ela denunciou o dono do carro na Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema, onde foi instaurado inquérito policial.

“Me senti lá embaixo. Fiquei sem fala porque nunca esperava ser maltratada no meu trabalho”, disse. “O que me levou a denunciar foi a vontade de nunca mais ser discriminada, como já aconteceu diversas vezes. É um tipo de agressão que marca para sempre”, desabafou.

“No dia seguinte, ele (o agressor) me pediu desculpas e não aceitei. Antes de falar, as pessoas têm que pensar. Ninguém é inferior e nem superior aos outros”, ensina Angélica.

Em dezembro de 2004, a juíza da 2ª Vara Criminal de Diadema condenou o acusado a um ano de reclusão, em regime aberto. A pena foi substituída por uma indenização de 10 salários mínimos, que ela ainda não recebeu.

Angélica e Aparecida foram assistidas pelo Instituto do Negro Padre Batista. Os telefones são 3107-8105 e 3106-7050.

Igualdade Racial - Reunião de toda a militância sábado, às 9h, na Sede do Sindicato, para discutir documento da Conferência Regional, que acontece dia 16 na Metodista.

Tribuna Metalúrgica

Secretário de Economia Solidária participa de debate no Sindicato

“Economia solidária é o conjunto de formas de produção, consumo e crédito sem a separação entre trabalho e capital. São empreendimentos cooperativos em que todos que trabalham são donos e todos os que são donos trabalham”.

É desta forma que o economista e professor da Universidade de São Paulo, Paul Singer, define o trabalho da pasta que comanda, a primeira na história de um governo brasileiro. Aliás, a criação de uma secretaria de Economia Solidária foi iniciativa do próprio presidente Lula.

Singer falará sobre o tema depois de amanhã, a partir das 18h, na Sede do Sindicato, onde participa da gravação do *Tribuna no Ar*, o programa de rádio dos Metalúrgicos do ABC.

O assunto interessa a toda a categoria já que o Sindicato está envolvido em uma série de projetos de recuperação de empresas falidas através da formação de cooperativas de trabalhadores.

Para Singer, a secretaria que comanda deve estimular o crescimento e a consolidação da economia solidária no Brasil. “Isto já está acontecendo nos últimos cinco, dez anos. Provavelmente vai continuar ocorrendo porque todo programa social do governo tem a ver com economia solidária”, afirma.

O professor acredita que a secretaria terá uma participação ainda maior nos programas do governo federal, mas lembra que existem dificuldades para implantar a economia solidária, principalmente devido a falta de financiamento. Para superar este problema, Singer defende a criação de cooperativas de crédito para apoiar os programas que ainda serão desenvolvidos.

O programa será apresentado no próximo dia 16, ao meio-dia, pela Rádio ABC-AM 1570 Khz. Participe da gravação vindo à Sede nesta sexta-feira.

■ Todos querem tarifa zero

Mobilizações acontecem na SMS e Eluma

Na SMS, em Diadema, o pessoal fez um protesto ontem. Sindicato cobrou a Eluma, que pode trocar de banco.

Página 2

■ Escândalo no Banco Central

Assessores de FHC são condenados

O ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, e outros três diretores da instituição no tempo de FHC, foram condenados pela Justiça a penas de até 10 anos de prisão.

Página 3

■ Tarifa zero

Ele merece

A prisão do juiz Lalau, que desviou R\$ 170 milhões da construção do Fórum Trabalhista, foi ampliada para 14 anos.

Devolve!

A Justiça determinou ainda que ele devolva R\$ 12 milhões que depositou no exterior.

Tá explicado

O juiz que tinha condenado Lalau só a cinco anos foi afastado por vender sentenças.

Será?

Teólogos dizem que aumentaram as chances de D. Claudio Hummes ser o novo papa.

Suspense

A reunião que escolherá o sucessor de João Paulo 2º começa entre 19 e 22 de abril.

Sacana

O aumento que Serra deu aos ônibus explodiu a inflação em São Paulo. É a maior desde 1995.

Até general

Um grupo de homens armados seqüestrou um general do exército do Iraque em Bagdá.

Grande exército...

O sequestrado é comandante de uma das principais divisões do exército iraquiano.

Olha o nariz

Entre os 11 casos de doping no futebol brasileiro em 2004, seis deles (54%) são de cocaína.

Volta!

Dos 10.937 detentos beneficiados com o indulto de Páscoa, 851 não retornaram à prisão.

E aí?

O que vai acontecer se o Corinthians não passar pelo Cianorte hoje?

Mobilização esquenta na SMS

Os trabalhadores na SMS, em Diadema, decidiram em assembléia realizada ontem iniciar movimento de pressão para conquistar tarifa bancária zero.

Tanto a empresa como o Unibanco já receberam pauta desde o ano passado, mas até agora ninguém quis saber de conversa.

Entre talões de cheques, extras, renovação de cadastro e outros serviços, os trabalhadores desembolsam cerca de um salário mínimo todo ano para manter as contas nas quais recebem o salário.

“A disposição de luta do pessoal é grande, pois até agora não foram ouvidos”, explicou o diretor do Sindicato Zê Mourão.

O Unibanco já fez acordo de tarifa zero com trabalhadores de outras empresas, e a companheirada na SMS quer o mesmo tratamento.

Cobrança dos companheiros na SMS, mobilizados pela tarifa zero

Sem isenção, Eluma promete trocar banco

O presidente do Grupo Parapanema, que controla as fábricas da Eluma em Santo André, garantiu ontem que se não houver uma resposta rápida e positiva do Banco do Brasil sobre a tarifa zero, a empresa irá se empenhar para a substituição por um banco que ofereça a isenção.

■ Transportes públicos

Encontro defende democratização do setor

Trabalhadores debatem uma política nacional de transporte

Uma política nacional para o setor de transportes que oriente a produção, com melhorias nos serviços de transporte público e de cargas através com geração de emprego e renda.

Esta foi uma das principais resoluções do Encontro de Trabalhadores no Setor de Transportes, que reuniu representantes dos Ministérios dos Transportes, das Cidades e de entidades patronais no último final de semana em São Bernardo.

O encontro foi promovido pelas Confederações dos Metalúrgi-

cos da CUT e da Força Sindical, e pelo Transnational Information Exchange (TIE), entidade que estuda a atuação de empresas multinacionais do mundo.

A carta do encontro lembra que, por servir a mais de 50 milhões de pessoas, o transporte público deve ser considerado um serviço essencial e um importante instrumento de políticas públicas para promover a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental e o desenvolvimento.

■ Eluma Utinga

Mais um no plantão da Fundição

Por pressão dos trabalhadores e cipeiros, a direção da Eluma Utinga passou a escalar mais de um companheiro para os plantões na Fundição. Antes havia apenas um trabalhador, fato que diminuía a segurança.

“A união dos trabalhadores permitiu mais essa conquista’, disse o cipeiro *Caveirinha*, que negociou a reivindicação com os encarregados da chefia da Fundição.

Rassini

Reunião sexta-feira, às 16h, na Sede do Sindicato, para discutir proposta de PLR.

Fique sócio do Sindicato

■ Banco Central

Diretores de FHC condenados à prisão

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Lopes, e outros três diretores da instituição no governo FHC foram condenados a penas de prisão que variam de cinco a dez anos.

A Justiça considerou-os culpados pelo empréstimo de dinheiro público aos bancos Marka e FonteCindam mesmo sabendo que estavam falidos. Eles deverão pagar também multas em dinheiro que variam de R\$ 60 mil a R\$ 200 mil.

A maracutaia ocorreu em janeiro de 1999. Arthur Gueiros, um dos procuradores que comandaram as investigações, disse que a sentença é histórica pela importância das pessoas envolvidas.

Elas foram acusadas de peculato - crime cometido por funcionários públicos, por gestão fraudulenta ou temerária. Todos responderão em liberdade.

A ajuda aos bancos causou um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos e beneficiou os ex-proprietários dos dois bancos, Salvatore Cacciola, do Marka, e Roberto Steinfeld e Luiz Antônio Gonçalves, do Fonte-Cindam, também condenados. Cacciola recebeu 13 anos de prisão. Steinfeld e Gonçalves ficaram

com dez anos.

Entre o pessoal do Banco Central, Francisco Lopes pegou dez anos de cana. Os outros ex-dirigentes do BC condenados são Cláudio Mauch e Demóstenes Madureira de Pinho Neto, também com dez anos de prisão. Outra diretora, Tereza Grossi, pegou seis anos de prisão.

O que aconteceu

O Marka tinha um valor 20 vezes maior que todo seu patrimônio comprometido em contratos para comprar dólar. Com a desvalorização, os donos quiseram trocar os contratos por dólares de verdade e cobraram Cacciola. Como seu banco não tinha dinheiro para honrar os compromissos, Cacciola pediu ajuda ao Banco Central.

Mesmo sabendo que o Marka estava falido com a desvalorização, Lopes emprestou dinheiro do Banco Central a Cacciola. Por isto foi condenado agora por peculato.

Com o FonteCindam aconteceu a mesma coisa: especulação financeira desenfreada, depois coberta pela ação irresponsável do BC.

■ Sem-terra

Ocupação para produção sustentável

Cerca de 180 famílias sem-terra ocuparam no último sábado a Fazenda São Marcos, na região de Itapeva, no Sul do Estado, e já estão preparando a terra para cultivo.

A fazenda tem 3.500 hectares e, por estar penhorada, está parada há mais de três anos.

A ocupação foi comandada pela Federação da Agricultura Familiar (FAF). As famílias assentadas pela Federação foram expulsas de suas terras e viviam de subempregos.

“Nossa prioridade é organizar a produção de forma sustentada, com respeito ao meio-ambiente e à cultura”, disse Geraldo José da Silva, diretor da FAF.

Aqui no Estado, a entidade tem cerca de 12 mil famílias assentadas nas regiões de Sumaré, Porto Feliz, Sorocaba e Itapeva.

Geraldo explicou que, além da produção, os assentamentos tam-

Wilson, Diomar e Geraldo, da FAF, na Sede do Sindicato falando sobre a organização das famílias

bém cuidam da industrialização e comercialização dos produtos.

Organização

Os assentamentos são administrados em forma de cooperativas, que vendem produtos como farinha, doces, mel e frutas.

A Federação conta com cerca de seis mil filiados e, em setembro,

vai fundar uma confederação unindo movimentos de agricultura familiar de 10 Estados. “Até o final do ano estaremos em 15 Estados”, acredita Geraldo.

Ele defende a reforma agrária e quer o aumento da agricultura familiar no campo, modelo que permite emprego e renda num sistema solidário.

STF x TST

A recente Emenda Constitucional nº 45, que trata da reforma do Judiciário, provoca disputas por espaços entre os tribunais brasileiros. A briga é por definição de competência.

Com a Emenda, a Justiça do Trabalho ganhou uma dimensão muito maior da que tem hoje.

Já dissemos aqui que não apenas as questões envolvendo trabalhadores e empregadores serão julgadas pelos juízes trabalhistas, mas também todas as pendências relativas à relação de trabalho, aí incluídas prestações de serviços (sem o vínculo de emprego), o trabalho nas cooperativas, nas empreiteiras, ou aqueles realizados em casa, onde não há uma subordinação direta, mas sim o que se chama em direito de parasubordinação.

Além disso, passa a ser da competência da Justiça do Trabalho as disputas sindicais, as aplicações de multas de fiscalização do Ministério do Trabalho, as execuções de contribuições sociais, toda e qualquer ação relativa ao direito de greve e as ações de indenização por danos morais e materiais. É aqui que está o problema.

Nessa disputa, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu há poucos dias que as ações de indenização de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes do trabalho, continuam na Justiça Comum.

Em seguida, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reafirmou sua competência, o que já vinha fazendo antes mesmo da modificação trazida pela Emenda nº 45.

No STF, apenas os ministros Marco Aurélio e Ayres de Brito entendem que a competência passou para a Justiça do Trabalho.

O ministro Peluso, ao contrário, foi mais longe, e chegou a pedir uma súmula vinculante para decidir de vez o conflito, como se a questão não fosse polêmica.

Muitos desdobramentos ainda virão, mas chega a ser irracional pensar que os tribunais trabalhistas poderão julgar ações de danos em meras relações de trabalho, ainda que sem vínculo formal, e não poderão julgá-las se os danos forem provenientes de acidentes de trabalho, mesmo no caso da relação de emprego.

Os sindicatos precisam lutar para garantir que essas questões sejam decididas pela Justiça do Trabalho, que protege o trabalhador.

Departamento Jurídico